

NORUEGAN CHURCH AID

E

CONSELHO DAS IGREJAS CRISTÃS EM ANGOLA

PROJECTO DE BOA GOVERNAÇÃO E MONITORIA SOCIAL

(2010 a 2012)

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO FINAL

Dezembro de 2012

Índice

FICHA TÉCNICA	A
GLOSSÁRIO	B
I. SUMÁRIO EXECUTIVO	1
1.1. Sobre a produção de petróleo	1
II. SOBRE O CICA	4
III. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	5
IV. O PROJECTO DE BOA GOVERNAÇÃO E MONITORIA SOCIAL	8
4.1. Lógica de Intervenção	8
4.2. Arranjos Institucionais	9
4.3. Área de Intervenção e Beneficiários	10
4.3.1. Beneficiários	10
4.4. Orçamento	11
4.5. Formação e assistência técnica	Error! Bookmark not defined. 1
4.6. O processo de implementação	Error! Bookmark not defined. 3
4.6.1. Advocacia	13
4.6.2. Monitoria Social	13
4.6.2.1. Dificuldades	14
4.6.3. Avaliação Participativa da Pobreza	14
4.6.3.1. Dificuldades	14
4.6.4. Factores de sucesso, lições aprendidas e desafios	15
4.6.4.1. Factores de sucesso	16
4.6.4.2. Lições aprendidas	16
4.6.4.3. Desafios	16
4.7. Grau de alcance do Projecto	17
4.7.1. Em relação aos efeitos	17
4.7.2. Em relação à proposta do projecto	18
4.7.2.1. Igualdade de género	19
4.7.2.2. Sobre os recursos humanos e financeiros	19
4.7.3. Em relação ao alcance dos resultados	20
Anexos	i
Anexo 1: Termos de referência	ii
Anexo 2: Relação nominal das entidades entrevistadas e participantes aos encontros com os grupos de monitoria social e de apresentação dos resultados da avaliação	iv
Anexo 3: Lista das igrejas membros do CICA	v
Anexo 4: Mapa das Formações	vi
Anexo 5: Resultados imediatos e indicadores	vi
Anexo 6: Exemplos de Mapas de Obras a Executar no âmbito do Programa de redução da Pobreza.....	x
Anexo 7: Formulário de Monitoria social dos investimentos públicos	xi
Anexo 8: Proposta de um eventual arranjo institucional	xii

Ficha técnica

Título: **Projecto de Boa Governação e Monitoria Social**

Período de Implementação: 2010 a 2012

Coordenação: NORUEGAN CHURCH AID (NCA)

Gestão e implementação do Projecto: Secretariado nacional do Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA)

Área de Intervenção:

- ★ Província do Uíge – Município do Negage;
- ★ Província do Kuanza Sul – Município do Waku Kungo;
- ★ Província de Benguela – Município do Cubal.

Beneficiários:

- ★ **Indiretos:** Cerca de 90 mil angolanos pobres e marginalizados incluindo os municípios alvo que irão beneficiar de melhorias na prestação de contas, de uma maior eficiência e melhor distribuição dos recursos públicos.
- ★ **Directos:** (i) OSC que trabalham ou pretendem trabalhar na monitorização de orçamentos; (ii) Cinquenta (50) pessoas do CICA sendo cinco (5) do secretariado e quarenta e cinco (45) parceiros locais através do reforço de capacidades, pesquisa, trabalho de advocacia, etc.

Financiamento:

- ★ Montante (NOK): **2.759.562**
- ★ Montante (USD): **411.220,00**

Data de Realização da Avaliação: Dezembro de 2011

Serviços de Consultoria: Helena Farinha/ Consultora Independente
Email: Lena.farinha@gmail.com

Glossário

Abreviaturas

ADRA
AEA
Bpd
CACCS
CEAST
CICA
DW
FAZ
FISCONTABIL, Lda
hab/km²
HIV/SIDA
IDH
IECA
NOK
OGE
OSC
PDRCP
Petrangol
PIB
PIP
PMA
PVVIH
SADC
Sonangol E.P.
USD

Descrição

Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente
Aliança Evangélica de Angola
Barris de petróleo por dia
Conselho de Auscultação e Concertação Social
Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
Conselho de Igrejas Cristãs em Angola
Development Workshop
Fundo de Apoio Social
Empresa de consultoria
Habitantes por quilómetro quadrado
Índice de Desenvolvimento Humano
Igreja Evangélica Congregacional de Angola
Moeda Nacional Norueguesa
Orçamento Geral do Estado
Organizações da Sociedade Civil
Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza
Produto Interno Bruto
Programa de Investimentos Públicos
Plataforma Mulheres em Acção
Pessoas Vivendo com VIH
Comunidade de Países da África Austral
Empresa Pública Angolana de Exploração de Petróleos
Dólares Americanos

I. Resumo Executivo

A República de Angola possui uma extensão territorial de 1.246.700 km², localiza-se na costa ocidental de África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo, a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte. Angola foi uma antiga colónia de Portugal, com o início da presença portuguesa no século XV, e permaneceu como colónia portuguesa até Novembro de 1975, altura em que ascendeu à Independência. Actualmente, com uma população estimada em 20.900.000 habitantes (2012) e uma densidade populacional de 15,5 hab./km².

1.1. Sobre a Produção de Petróleo

Angola começou a produzir petróleo na década de 1960, tendo este produto se tornado em 1973 o principal produto de exploração, altura em que a exportação do café baixou consideravelmente. Em 1974 a produção de petróleo chegou aos 172.000 bpd, o máximo do período colonial. Em 1976, a produção total rondava os 100.000 bpd/d.

Em 1975 operavam em Angola três companhias: Cabinda Gulf Oil, Texaco e a Petrangol que na altura detinham o monopólio do sector petrolífero. Um ano após a independência (1976) o governo angolano implementou uma nova dinâmica no sector, criando a SONANGOL E.P. A constituição da SONANGOL foi o marco pioneiro da actividade petrolífera Nacional. Dois anos mais tarde (1978), é publicado Decreto nº 13/78 de 26 de Agosto (Lei das Actividades Petrolíferas), criado pelo Ministério dos Petróleos. Tais acontecimentos introduziram uma profunda transformação do sector, marcando assim o reinício da actividade de exploração em Angola, num período pós-independência. Nesta altura, a economia angolana foi fortemente influenciada por alguns factores como o início da guerra civil, o “Boom” do preço do petróleo e a desarticulação da economia nacional, o que fez com que a produção de petróleo assumisse um lugar de destaque, passando a ser a base de sustentação e desenvolvimento do país, abrindo assim o leque de companhias nacionais e estrangeiras que se dedicam à exploração do petróleo.

É assim que, segundo o Ministério dos Petróleos, em 2002 a produção de petróleo ultrapassou os 900.0 barris/dia; Seis anos mais tarde (2008), Angola em Abril produziu cerca de 1,89 milhão de barris/dia passando assim a ter a maior produção de petróleo da África Subsariana, posição ocupada até à data pela Nigéria. Em 2007, Angola produziu 1,902 milhões de barris/dia e a Nigéria produziu 1,89 milhões de barris/dia; Em 2010, altura que se iniciou a implementação do projecto de “Boa Governação e Monitoria Social”, o país produz cerca de 1,7 barris/dia.

É dado adquirido que a indústria petrolífera é actualmente a principal fonte de obtenção de receitas do Estado Angolano, embora se reconheçam os esforços do Governo de activação de outros sectores de peso como é o caso dos sectores mineiro, agrícola, de entre outros. Pode-se assim afirmar que os rendimentos advindos da exploração petrolífera são os responsáveis por mais 80% do PIB, o que a economia de Angola tem uma forte dependência deste recurso. Porém, a contribuição no Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2013 do sector social ainda é muito baixa (36%) e os esforços de adopção de procedimentos de gestão transparentes ainda não produziu resultados satisfatórios.

Angola é o segundo maior produtor de petróleo ^[3] e exportador de diamantes da África Subsariana. A sua economia tem vindo a crescer fortemente, mas o índice de corrupção é um dos mais altos do mundo ^[4]. Segundo o Índice de Percepção da Corrupção e Transparência Internacional, em 2010 Angola encontrava-se no 158º lugar de uma lista de 180 países, com uma pontuação de 1,9 sendo considerado um nível muito alto de corrupção; Já em 2011, Angola encontrava-se no 167º lugar com uma pontuação de 2,2, não tendo saído do nível em que se encontrava em 2010. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é muito baixo estando em 2010 na 162.º posição e em 2011 na posição 148º. Os indicadores sociais de desenvolvimento do país em 2010 e 2012 evidenciam avanços pouco significativos e, em certa medida contraditórios principalmente se se tiver em conta a qualidade dos serviços públicos.

Indicadores	2010	2012
População abaixo da linha da pobreza	68%	54,8%
Infra-estruturas económicas e sociais destruídas pela guerra	Maior parte destruídas	Reabilitação e/ou construção de infra-estruturas económicas e sociais
Taxa de natalidade	260 para 1000 nados vivos	161 por mil nados vivos
Mortalidade Infantil	154 para mil nados vivos	51,1 para mil nados vivos
Alfabetização	67,4%	70%
Frequência escolar combinada ¹	25,6%	150,7%
IB per capita (2009)	5,812 PPC	5,700 PPC

Perante este quadro a Noruegan Church Aid (NCA) e o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA), organizações com uma parceria que data da década de 80, tomaram a iniciativa de implementação do Projecto de “Boa Governação e Monitoria Social, enquanto uma experiência piloto.

O Projecto teve como objectivo geral contribuir para a gestão responsável e justa das receitas do petróleo com vista à redução da pobreza em Angola, tendo como espinha dorsal a **Advocacia Social**, assente em dois pilares chave - **a Monitoria Social e a Avaliação Participativa da Pobreza** - de crucial importância para a melhoria da responsabilização na prestação de contas: anti-corrupção e integridade, de forma mais alargada; Orçamentos a nível nacional e municipal.

Para o efeito, foram disponibilizados **USD 411.220,00** (quatrocentos e onze mil, duzentos e vinte dólares americanos) para um período três anos (2010 a 2012), tendo como área de intervenção três municípios das províncias do Uíge (Negage), Kuanza Sul (Waku Kungo) e Benguela (Cubal) respectivamente, e como beneficiários directos cerca de 90 mil angolanos pobres e marginalizados e como beneficiários indirectos as Organizações da Sociedade Civil (OSC) que trabalham ou pretendem trabalhar na monitorização de orçamentos e 50 pessoas, de entre membros do Secretariado do CICA e parceiros locais, através do reforço de capacidades, pesquisa, trabalho de advocacia, etc.

O Projecto teve como uma das principais linhas de força a pesquisa e análise numa tentativa de contribuir para a melhoria da implementação das políticas orçamentais, complementadas com acções de formação, assistência técnica e troca de experiências a nível nacional e internacional.

¹ Refere-se ao conjunto de escola primária e secundária.

Estando o Projecto de Boa Governação e Monitoria Social na sua fase terminal, foi solicitada uma consultoria independente com a finalidade de fazer a avaliação externa do mesmo, conforme especificado nos termos de referência da avaliação (vide anexo 1), tendo como objectivos: a) Determinar a sustentabilidade, a relevância e a adequação do programa para o alcance dos resultados e objectivos; b) Determinar o grau de progresso dos indicadores de resultados esperados e a contribuição destes para o alcance dos objectivo específico, e do objectivo geral. c) Tirar lições de boas práticas (para manter e reproduzir) e dos erros na implementação (para modificá-los para o futuro).

A metodologia de avaliação teve em conta o princípio básico de objectividade e qualidade, assim como princípios participativos baseados no respeito e valorização dos costumes, conhecimentos e experiências locais. Além disso teve também em conta os critérios de avaliação propostos nos Termos de referência e um conjunto de ferramentas de recolha de informações como: a consulta de documentos de referência, entrevistas com os principais actores envolvidos e a participação numa sessão de monitorização social e encontros com os grupos de monitorização social nos três municípios (vide anexo 2). É assim que, a apresentação das informações recolhidas no âmbito desta avaliação, presentes neste relatório estão organizadas em quatro (4) capítulos procurando, fazendo-se no primeiro uma panorâmica geral do projecto, o contexto de intervenção, a razão de ser do mesmo, assim como uma descrição dos objectivos e metodologia utilizada para a sua avaliação; o segundo no qual é feita uma breve caracterização da organização implementadora e seus propósitos no âmbito da justiça social; o terceiro capítulo em que se apresenta as conclusões e recomendações da avaliação e o quarto e último capítulo em que é feita uma descrição geral do projecto do ponto de vista de objectivos, efeitos, área de intervenção, beneficiários, orçamento, bem como uma análise do grau de alcance do Projecto à luz dos resultados e indicadores definidos no Quadro Lógico e dos critérios de avaliação pré-definidos, nomeadamente: relevância, alinhamento, consistência, eficácia, eficiência, viabilidade e coordenação entre os actores envolvidos.

II. Sobre o CICA

Desde a década de 80, o CICA tem sido um parceiro estratégico da NCA em Angola, tendo iniciado com trabalhos relacionados com a assistência à emergência e, com o calar das armas, a parceria enveredou para outras áreas estratégicas. O CICA, foi fundado em 1977 com o intuito de coordenar as intervenções humanitárias dos seus membros durante a guerra civil e coordenar o apelo conjunto para a Paz. Actualmente, o CICA é uma rede ecuménica de igrejas que reúne as mais importantes igrejas protestantes do país, integrando 15 membros efectivos, 4 membros associados e 2 membros observadores (vide anexo 3). Nos últimos anos intensificou a cooperação com a Igreja Católica numa nova estrutura ecuménica que visa enfrentar “importantes questões para a nação” em que o CICA assume uma importante posição como coordenador desta comissão ecuménica provisória, a Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST) funciona como tesoureiro e a Aliança Evangélica de Angola (AEA) como secretário.

O CICA tem desempenhado um importante papel na democratização de Angola ao assumir a coordenação da resposta ecuménica aos desafios que o país enfrenta, incluindo a contribuição para a elaboração da nova Constituição da República de forma inclusiva.

O Plano Estratégico 2008/2012 do CICA integra como uma das suas áreas estratégicas a “Justiça Económica” pelo que, a promoção da transparência e responsabilidade na prestação de contas não constitui uma nova área para a instituição. Constitui uma inovação o enfoque dado à relação entre **a riqueza petrolífera do país x boa governação x prestação de contas**, na perspectiva de promoção do desenvolvimento local.

Ao abrigo do Decreto 2/2007 de 3 de Janeiro, revogado pelo Decreto 10/2010 sobre a organização e funcionamento dos governos provincial, municipal e comunal, abre-se uma oportunidade ímpar da sociedade civil em geral e as igrejas em particular contribuir para o processo de desenvolvimento local. Nesta perspectiva, o CICA, pela sua representação no CACS e com a implementação do Projecto de Boa Governação e Monitoria Social, tem uma oportunidade única e legitimidade para influenciar mudanças de atitudes em relação à gestão da “coisa pública”, cumprindo assim com o compromisso de promoção de uma governação responsável.

III. Conclusões e Recomendações

O Projecto de Boa Governação e Monitoria Social, embora sendo uma experiência piloto, conseguiu alcançar resultados bastante consistentes e efectivos na base dos quais se pode desenhar uma futura proposta de intervenção que eventualmente poderá se estender a outros municípios das províncias Uíge, Kuanza Sul, Benguela e eventualmente a outras províncias (Zaire), dentro dos padrões definidos nesta proposta ou contando com parcerias estratégicas com OSC interessadas.

A implementação do Projecto permitiu construir e ensaiar um paradigma metodológico de promoção da justiça social baseada em acções afirmativas a partir de questões pertinentes para a vida dos munícipes e para melhoria do desempenho das Administrações Municipais no que se refere à gestão dos orçamentos municipais. Porém, para que este paradigma possa ser disseminado e utilizado por outros parceiros, necessário se torna que se afinem alguns instrumentos metodológicos. Assim sendo, recomenda-se o seguinte:

- ★ Desenhar uma estratégia de **advocacia social** que permita por um lado trazer à ribalta os problemas e necessidades identificadas no âmbito da Monitoria Social e Avaliação Participativa da Pobreza (APP), mas fundamentalmente que influencie e promova mudanças significativas no âmbito das políticas públicas;
- ★ As acções de formação e assistência técnica, bem como a produção dos manuais e fichas **de monitoria social** tenham em consideração as especificidades dos grupos de monitoria social. Para tal, necessário se torna que os manuais sejam redigidos numa linguagem simples, acessível e com muitas imagens. Já para as fichas de monitoria sugere-se que se adopte um “check list” com várias opções de resposta para se assinalar;
- ★ No caso específico da **monitoria social**, a assistência técnica deverá visar essencialmente a melhoria da capacidade do grupo de monitoria social para observar, questionar e principalmente analisar as informações que recolhe;
- ★ Os relatórios de **monitoria social** devem incluir uma linha de base do município na qual constem os principais indicadores sociais com vista a permitir medir as mudanças provocadas com as iniciativas constantes nos Orçamentos Municipais;
- ★ A abordagem de monitoria social inicie no momento da planificação dos orçamentos de forma a garantir que as questões de igualdade e equidade do género sejam tidas em consideração. Por exemplo, quando se pensa na construção de uma infra-estrutura social de saúde, educação deve-se garantir que ela cumpra com alguns requisitos como: localização que facilite o acesso a aluno(a)s provenientes dos pontos mais distantes da aldeia, condições de acesso para pessoas incapacitadas, etc.;
- ★ Tendo em consideração que a situação do HIV/SIDA constitui hoje um dos principais factores que contribui para a agudização da condição de pobreza das

famílias, considerando que o tratamento deste assunto é ainda um tabu, reflectir sobre de que forma se pode incluir na **Avaliação Participativa da Pobreza (APP)**, perguntas relacionadas com a temática que permitam essencialmente obter informações sobre o número de famílias cujos chefes de família são PVVIH, o número de órfãos de PVVIH que são cuidados por adolescentes e o número de órfãos aos cuidados de idosos; Além disso, ter também em consideração a recolha de informações sobre outros grupos específicos como: pessoas incapacitadas, idosos, órfãos, etc., e algumas questões específicas referentes à abordagem de género. Por exemplo, as meninas e rapazes dormem no mesmo espaço?

- ★ O relatório da APP deve incluir na ficha técnica informações sobre o período de realização, assim como alguns indicadores municipais sociais (saúde, educação, acesso a água, saneamento básico), acesso a energia, transportes, comunicações e acesso à informação (rádio, televisão);
- ★ A coordenação do Projecto deve considerar o desenho de um **sistema de monitoria** que permita a recolha sistemática de informações sobre o estado de implementação do mesmo, a partir da concepção de uma base de dados com informações essenciais como: número de acções de advocacia realizadas (nível nacional, provincial, municipal); número de projectos visitados anualmente concluídos com sucesso; número de encontros bilaterais com a Administração Municipal; número de APP realizadas por províncias; número de formações/eventos realizados por ano, número de participantes por género, etc. Além disso, importa também definir os momentos específicos de recolha dessas informações que, em princípio devem coincidir com os momentos de elaboração de relatórios (trimestrais, semestrais e/ou anuais);
- ★ O Quadro Lógico de uma nova proposta de Projecto deve incluir indicadores de efeito e de resultados, formulados de forma a ajudar a medir o que se conseguiu alcançar no final do projecto e não orientados para as actividades, assim como os meios de verificação;

No que se refere à **sustentabilidade da iniciativa e continuidade**, considerando que o Projecto é um instrumento de operacionalização, os depoimentos, quer a nível da liderança do CICA, coordenação, integrantes dos grupos de monitoria social e Administrações Municipais evidenciam a importância que as acções do Projecto têm para o desenvolvimento de uma “cultura de transparência e prestação de contas sobre o uso dos recursos públicos”, havendo necessidade de:

- ★ Tornar mais efectiva e visível a componente de advocacia social no sentido de esta não só se alimente das informações fornecidas pela Monitoria Social e Avaliação Participativa da Pobreza mas constitua também um forte instrumento de influência das políticas públicas;
- ★ Em relação à Monitoria Social há duas possibilidades a explorar:

- (i) a actividade de monitoria social ser assumida pelos CACS, o que resulta em certa medida inviável face ao que está definido como seu papel no Decreto-Lei 17/2010 e, principalmente devido à postura da maioria dos Administradores Municipais face a mudanças;
- (ii) a actividade de monitoria social funcionar dentro dos padrões actuais, procurando reforçar a capacidade e desempenho dos grupos de monitoria social e estendendo a sua acção ao nível das comunas, através das igrejas membro aí representadas . Porém, para tal necessário se torna melhorar o sistema de registo e disseminação de informações nos dois sentidos (vide anexo 8).

IV. O Projecto de Boa Governação e Monitoria Social

O Projecto de “Boa Governação e Monitoria Social” desenvolve-se no âmbito de uma parceria entre a NCA e o CICA, instituições com uma relação de longa data, desde os anos 70, baseada em relações de trabalho e diálogo permanentes tendo na década de 80 se efectivado em acções práticas com a ajuda à emergência.

Do ponto de vista temático, o projecto assenta em dois pilares de crucial importância para a melhoria da responsabilização na prestação de contas, suficientemente desenvolvidos no ponto 4.5 que trata da formação e assistência técnica. Para ambos previu-se processos de pesquisa e análise com a finalidade de contribuir com informações para a melhoria de políticas e legislação relacionadas e das políticas orçamentais.

Este projecto tem também como foco a capacitação do CICA para compreender as forças e fraquezas do quadro de anti-corrupção de Angola, usando para o efeito indicadores de integridade, uma ferramenta desenvolvida internacionalmente para o efeito, ensaiada com a implementação do presente Projecto no período Janeiro de 2010 a Dezembro de 2012.

4.1. Lógica de intervenção

Para a idealização do projecto foi elaborado um quadro lógico no qual são descritos: o objectivo geral de longo prazo, os efeitos, indicadores gerais e resultados imediatos.

Objectivo geral de longo prazo: contribuir para a gestão responsável e justa das receitas do petróleo com vista à redução da pobreza em Angola.

Porém, segundo as entrevistas com a coordenação nacional do projecto, em 2011 a proposta era que tivesse a seguinte formulação: “ Contribuir para a boa gestão das receitas públicas com vista à redução da pobreza em Angola”.

Efeitos:

- As Igrejas membros do CICA sejam actores bem informados, responsáveis e activos na promoção de uma gestão responsável das receitas do petróleo a nível local e nacional;
- Trazer o CICA para o palco como um actor tecnicamente forte, aumentando assim a massa crítica das organizações da sociedade civil capazes de desafiar o governo a todos os níveis.

Indicadores gerais	
1.	O Conselho de Igrejas Cristãs em Angola (CICA) conduziu três projectos de pesquisa de nível nacional que aumentam substancialmente, o nível de conhecimentos sobre questões chave de responsabilidade de prestação de contas.
2.	O CICA facilitou a participação de três (igreja) membros locais numa abordagem de “seguimento do dinheiro do petróleo” para assegurar a boa prestação de contas na gestão dos recursos públicos a nível municipal.
3.	O CICA coordenou e levou a cabo seis (6) lançamentos públicos de relatórios sobre análise de sectores orçamentais, monitoria social de orçamentos locais e indicadores de integridade pública a nível nacional,

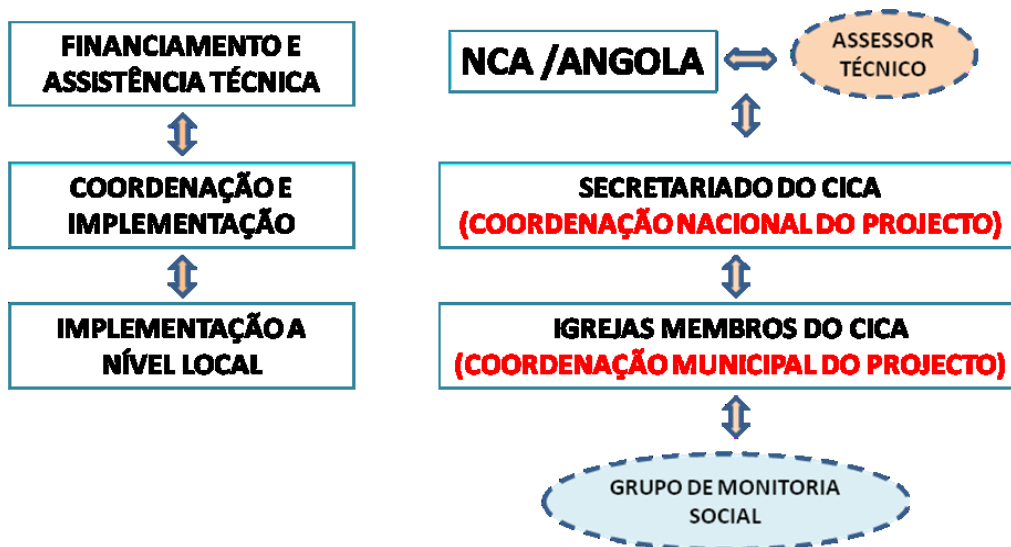
e em conjunto com igrejas membros, levou a cabo nove (9) lançamentos públicos para relatórios sobre monitoria de orçamentos municipais a nível municipal.

4. O CICA engajou pelo menos três (3) autoridades públicas relevantes (Ministério das Finanças, Tribunal de Contas, Assembleia Nacional) para fazer advocacia social baseada em pesquisa a nível nacional e igrejas membros fizeram advocacia social com três (3) administrações municipais para promover a prestação de contas numa base contínua (ver resultados imediatos).

Os resultados imediatos foram organizados em cinco agrupamentos compreendendo cada um deles as actividades e os indicadores. Porém, para esta avaliação vai-se ter em conta os resultados intermédios e indicadores dos primeiros quatro agrupamentos como se apresenta no anexo 3.

4.2. Arranjos de implementação

Tendo em vista o alcance do objectivo do Projecto, a sua implementação foi idealizada tendo em vista os níveis de intervenção nacional e municipal, contando para o efeito com a seguinte orgânica:



- **Financiamento e assistência técnica**, a cargo do escritório da NCA em Angola com o concurso de um consultor responsável pela provisão de formação e assistência técnica no decurso de implementação do Projecto;
- **Coordenação e implementação**, a cargo do Secretariado do CICA que integra o coordenador nacional. Foi consenso que a coordenação do projecto integrasse as pessoas que estiveram envolvidas no embrião do projecto. A coordenação nacional integra um coordenador e três responsáveis pelo acompanhamento de cada província (Uíge, Benguela e Kuanza Sul);
- **Implementação a nível local**, previu-se o envolvimento de um número de igrejas membros do CICA, seleccionando uma igreja membro ou congregação local que esteja geograficamente localizada nos municípios seleccionados.

O projecto pretendia trabalhar com três igrejas membros locais, que desempenhariam um papel mais “político”, garantindo o envolvimento de seus membros locais, apoio moral e respaldo ao trabalho a ser realizado. Porém, num encontro com as igrejas membros foi consenso que o “ecumenismo” não tem vínculo com a igreja, registou-se uma mudança de estratégia, passando a coordenação municipal do a ser assumida pelos representantes do CICA nos municípios alvo. A coordenação municipal íntegra: um coordenador municipal íntegro, um coordenador municipal adjunto, um tesoureiro e o grupo de monitoria social, perfazendo assim um total de 25 membros. No município do Cubal, em virtude do responsável do CICA ter sido transferido para outra localidade, a coordenação é assumida provisoriamente por um membro da IECA.

A relação entre os dois níveis de intervenção seria assente na provisão pelo nível nacional de informação, formação e acompanhamento ao nível imediato (municípios). O nível local providenciaria dados básicos a serem usados para advocacia, tanto no nível municipal como nacional. Os principais instrumentos seriam os resultados da monitorização do orçamento dos três municípios alvo e o relatório nacional a ser apresentado ao Tribunal de Contas e a outras partes interessadas.

4.3. Área de Intervenção e Beneficiários

A carta do Projecto não especifica a sua área de intervenção, Porém, as informações recolhidas no processo de avaliação permitiram aferir que as províncias selecionadas enquadram-se dentro dos propósitos da NCA para Angola (Uíge, Benguela e Kuanza Sul). A selecção dos municípios foi realizada por votação, tendo como critérios o nível de protagonismo do CICA e o nível de desenvolvimento económico dos municípios.

Província	Município
Uíge	Negage
Benguela	Cubal
Kuanza Sul	Waku Kungo

Fonte: Relatórios Projecto, ano 2010

4.3.1. Beneficiários

Os beneficiários indirectos são cerca de 90 mil angolanos pobres e marginalizados incluindo os municípios alvo que irão beneficiar de melhorias na prestação de contas, de uma maior eficiência e melhor distribuição dos recursos públicos.

Os beneficiários directos são as OSC que trabalham ou pretendem trabalhar na monitorização de orçamentos, porque as ferramentas e as lições aprendidas serão partilhadas para uso mais alargado. No caso específico do CICA pretendia-se atingir cinquenta (50) pessoas sendo cinco (5) do secretariado do CICA e quarenta e cinco (45) parceiros locais através do reforço de capacidades, pesquisa, trabalho de advocacia, etc.

² Representante do CICA no município.

4.4. Orçamento

O orçamento previsto para o projecto foi um total de NOK 2.759,562 (dois milhões, setecentos e cinquenta e nove mil, quinhentos e sessenta e dois) distribuídos como em seguida se apresenta pelos três anos de implementação do mesmo.

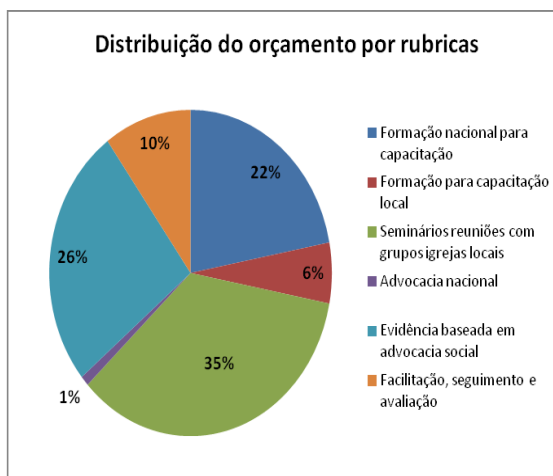
Anos de implementação	Montante (NOK)	Montante (USD)
Ano 1	883.537	94.370,00
Ano 2	870.901	181.850,00
Ano 3	1.005,124	135.000,00
Total	2.759.124	411.220,00

Fonte: Proposta do Projecto e Orçamentos anuais revisados (2010,2011,2012)

O montante financiado foi distribuído em 6 rubricas, tendo um forte pendor para o reforço de capacidades. O acumulado dos três anos se demonstra no gráfico seguinte:

Rubrica	Montante em USD
Formação nacional para capacitação	90.350,00
Formação para capacitação local	24.900
Seminários reuniões com grupos igrejas locais	143.570
Advocacia nacional	5.000
Evidência baseada em advocacia social	107.600
Facilitação, seguimento e avaliação	39.800
Total	411.220,00

Fonte: Orçamentos Revisados: PID: 310027/2010,2011,2012



A análise dos relatórios de auditoria produzidos pela empresa FISCONTABIL, Lda em que são

apresentadas as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2010 e 2011 e as respectivas cartas de recomendações permitem concluir que a gestão dos recursos tem sido feita de forma adequada, saltando à vista a persistência numa única recomendação: ***“Que a documentação do projecto, antes de reconhecida pela contabilidade, deverá ser visada pelo implementador do projecto.”***

4.5. Formação e Assistência Técnica

A formação é uma das componentes mais presentes neste projecto pelo facto de ser uma abordagem nova para o CICA em particular e para o país de um modo geral. Assim sendo, o projecto previu um conjunto de formações, de âmbito nacional e local, que pudessem ajudar a efectivar os principais pilares do Projecto, nomeadamente:

(i) anti-corrupção e integridade de forma mais alargada

A capacitação do CICA para compreender a força ou a fraqueza do quadro anti-corrupção de Angola, com recursos a Indicadores de Integridade, uma ferramenta desenvolvida internacionalmente para avaliar as estruturas anti-corrupção.

(ii) orçamento a nível nacional municipal.

Para promover a responsabilidade e prestação de contas é necessário compreender e influenciar os orçamentos nacionais e municipais, uma vez que o “orçamento é o mais importante documento de política dos governos, onde os objectivos da política são reconciliados e implementados em termos concretos”³.

É assim que, no âmbito do projecto foi providenciada formação e assistência técnica nos níveis nacional (por um consultor externo e regime de formação de formadores) e municipal (pela coordenação nacional), assim como a assistência técnica necessária. É assim que foram capacitados um total de **554** pessoas sendo 12% (66) em formações de âmbito nacional e 88% (488) em formações de âmbito municipal, das quais **36%** (200) são mulheres (vide anexo 4).

Através do projecto foram realizadas algumas trocas de experiência, a nível interno, com a Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica, pioneira na abordagem sobre justiça económica em Angola. Tiveram uma troca de experiência com a Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese do Lubango que se deslocou ao Waku Kungo para conhecer o trabalho de monitoria social ali realizado. A nível da região da SADC foram realizadas duas visitas de troca de experiência com Moçambique: Em 2010, na qual participaram um total de 5 pessoas das quais 4 membros da coordenação nacional e 1 membro do grupo de monitoria social do Waku Kungo (uma mulher); Em 2011, tendo participado um total de 10 pessoas sendo: coordenação nacional (4) e 6 dos grupos de monitoria social (2 do Waku Kungo, 3 do Cubal e 1 do Negage). As referidas visitas ajudaram a perceber como o grupo deve estar organizado, encorajaram os membros do grupo, principalmente dos grupos locais e a nível nacional a enfrentar os vários desafios do contexto, assim como o posicionamento da Igreja.

O consultor externo, envolvido desde o momento de concepção do Projecto, assumiu a responsabilidade de capacitar a equipa (coordenação nacional, coordenação municipal e integrantes dos grupos de monitoria social), assim como de prover assistência técnica no decurso de implementação do projecto. A avaliar pelos depoimentos da equipa e relatórios do consultor a sua actividade consistiu basicamente em acompanhar como os grupos de monitoria social têm realizado a monitoria social nos municípios seleccionados, assim como a provisão de formação e acompanhamento no desenho, condução e tratamento das informações no âmbito da Avaliação Participativa da Pobreza (APP). Para o efeito, foram realizadas visitas de acompanhamento, não existindo evidências da existência de um quadro de referência para as referidas visitas com objectivos e resultados a alcançar em cada uma, ficando-se com a impressão de que foi-se fazendo a mesma coisa e, em alguns casos uma certa tendência para sair do papel de assistência técnica para o de executor.

³ OECD Best Practices for Budget Transparency, <http://www.oecd.org/dataoecd/33/13/1905258.pdf>

4.6. O Processo de Implementação

4.6.1. Advocacia

As acções de advocacia no âmbito do projecto ocorreram em vários momentos do seu decurso de implementação, nomeadamente: (i) no momento do lançamento do projecto no sentido de mobilização e esclarecimento das igrejas membros e autoridades governamentais (nacional, provincial e municipal) sobre os propósitos do projecto; (ii) para divulgação dos resultados das actividades de monitoria social e da Avaliação Participativa da Pobreza (APP). É assim que o projecto liderou as seguintes iniciativas:

- ★ Três (3) encontros com os Governos Provinciais e Administrações Municipais do Negage, Waku Kungo e Cubal para o lançamento do projecto (2010);
- ★ Três (3) encontros com os Governos Provinciais informar sobre o estágio de implementação do Projecto , com vista a responsabilizar mais os governos locais (2011) e além disso conseguir que membros locais do CICA integrassem os CACS, uma vez que os consideravam como instrumentos de advocacia;
- ★ Quatro (4) encontros para divulgação do Relatório de Avaliação Participativa da Pobreza (APP) sendo um de âmbito nacional e três de âmbito provincial (2012);
- ★ Uma série de encontros com as Administrações Municipais (em média 4 por ano), variando de município para município em funções das necessidades específicas dos grupos de monitoria social e das Administrações Municipais.

Estas iniciativas envolveram em momentos diferenciados, quer a liderança do CICA, como a Coordenação do Projecto (CICA e NCA). Porém, o Quadro Lógico aponta para que o projecto fosse mais ambicioso neste domínio (vide resultados agrupamento 2, I). A ideia era que o Projecto envolvesse algumas instituições da superestrutura do Governo, através da realização de encontros regulares com alguns Ministérios afins. Porém, o Projecto conseguiu apenas fazê-lo com a 6ª e 7ª Comissões da Assembleia Nacional e com alguns Deputados tendo sido também convidados para participar em alguns workshops promovidos pela Assembleia Nacional em 2011, nomeadamente: Workshop sobre “Orçamento Geral o Estado na perspectiva de Género” e “Que estratégias para a redução da pobreza através do processo de alfabetização”.

4.6.2. Monitoria Social

O principal objectivo da monitoria social tem sido aferir se a administração municipal cumpriu com o que estava planificado no orçamento do município para o ano correspondente. A actividade de monitoria é feita a partir do Mapa das Obras a Executar das Administrações Municipais, quer no âmbito do Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza como do Programa de Investimentos Públicos (PIP), vide anexo 4.

É assim que nos três municípios foram visitados em média 4 projectos/ano, prefazendo um total de 12 visitas/ano, à razão de três visitas por obra seleccionada (início, no meio e no fim) com o prévio conhecimento da Administração Municipal. Significa pois que no período de 2010 a 2012, o projecto acompanhou cerca de **36** projectos, prefazendo um total de **108** visitas de acompanhamento. Se tiver-se em consideração o orçamento previsto para a actividade de monitoria social, o projecto investiu cerca de USD 996,00 (novecentos e noventa e seis dólares americanos) em cada visita de monitoria realizada. Considerando o número de integrantes dos grupos de monitoria social (25/cada) e o volume de projectos

pode-se considerar este número irrisório para um período de três anos. Por exemplo, o Mapa de Execução de Obras da Administração Municipal (PIMDRCP e PIP) do Negage continha 31 obras referentes a 2011 e 14 referentes a 2012. Se o grupo de monitoria cobre em média 4 projectos ano, significa que apenas 13% (4) das obras orçamentadas para 2011 foram acompanhadas.

As obras a serem visitadas são seleccionadas no início de cada ano, de acordo com o PDRC e PIP. Antes da realização de uma monitoria social, sendo constituídos subgrupos para que possam cobrir o maior número de infra-estruturas possível. No final das visitas o grupo reúne-se, os subgrupos prestam informações sobre o que viram e entregam as fichas de monitoria (vide anexo 5). Com base nessas informações é produzido um relatório que é encaminhado à coordenação nacional e é entregue uma cópia ao Administrador Municipal. A coordenação nacional produz um relatório consolidado com as informações provenientes dos municípios. Este relatório é enviado para o Secretariado do CICA, Tribunal de Contas, Ministério das Finanças, Governos Provinciais, Administrações Municipais, Assembleia Nacional e para o então Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza. Dois relatórios de monitoria social serão publicados em Março de 2013.

Para a efectivação da monitoria social, a coordenação municipal planifica as actividades de monitoria e elabora um orçamento, a partir do qual são disponibilizados recursos para o efeito. À excepção da coordenação do Negage, as demais coordenações têm gerido directamente os fundos.

4.6.2.1. Dificuldades

- ☞ Acesso a informações sobre as obras, normalmente providenciadas pelas Administrações Municipais; Nos casos em que a informação é disponibilizada, esta não inclui informações sobre o custo da obra;
- ☞ A maioria das obras não possuem placas informativas sobre o empreiteiro, dono da obra e custo. Apenas no município do Cubal a situação melhorou;
- ☞ O registo fotográfico não tem sido realizado pelos grupos municipais porque as máquinas estão com a coordenação nacional;
- ☞ A ficha de monitoria é única para os três momentos de monitoria o que dificulta sobremaneira a colecta de informações nas fases subsequentes;
- ☞ Apesar de serem providenciados custos para despesas de deslocação, o trabalho torna-se pesado e, geralmente têm dificuldades pra se deslocarem para áreas mais distantes.

4.6.3. Avaliação Participativa da Pobreza

A Avaliação Participativa da Pobreza (APP) foi realizada com vista a obter informações que permitam perceber as condições e qualidade de vida dos habitantes dos municípios do Wako Kungo (Kuanza Sul), Cubal (Benguela) e Negage (Uíge) do ponto de vista das reais necessidades socio-económicas bem como a sua priorização. Além disso a APP visou atingir os seguintes objectivos específicos: (i) Contribuir com propostas concretas para melhorar as condições de vida, especificamente nas aldeias investigadas através de Programas Municipais Integrados de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza e Programa de Investimentos Públicos; (ii) Levar ao conhecimento do Executivo, a nível local, provincial, central e demais actores a qualidade de vida dos habitantes das aldeias

onde se realizou a APP; (iii) Contribuir para a redução de assimetrias abismais, entre o campo e a cidade, no processo de melhor servir as comunidades.

No decurso de implementação do Projecto foram realizadas duas (2) APP, sendo a primeira em Junho de 2011, abrangendo as seguintes aldeias⁴: Waku Kungo (Cassamba, Cazanga, Mungomba), Cubal (Canbangula, Cavombo) e Negage (Kazanga, Pumba, Kangulo), cujo relatório foi publicado no mesmo ano. A segunda APP foi realizada em X, tendo abrangido as seguintes aldeias: Waku Kungo (Cassosso e Sanga), Cubal (Sope, Kaitala e Kaisala) e Negage (Dala e Vunda), cujo relatório tem a perspectiva de ser publicado em Março de 2013.

Para a realização da APP, os grupos mantiveram um contacto inicial com as autoridades locais (administrador comunal e/ou autoridades tradicionais) e posteriormente dividiram-se em grupos para a realização dos inquéritos (visitas domiciliares), grupos focais com homens, mulheres e jovens, calendário sazonal, mapeamento e priorização das necessidades. A recolha de dados foi realizada com a participação da coordenação nacional. Na primeira (em 2011), contaram com a assistência técnica do consultor a tempo integral no município da Cela.

Como já se referiu anteriormente apenas foi publicado e lançado o relatório da primeira APP, tendo-se para o efeito apresentado a vários níveis: (i) Em Janeiro de 2012 aos líderes das igrejas que integram o Comité Executivo do CICA, tendo sido recomendado que a coordenação do Projecto apresentasse o draft do relatório aos Administradores Municipais das respectivas áreas para constatação e verificação dos dados constantes no documento, actividade que se realizou no período de 6 a 11 de Fevereiro de 2012; (ii) A 29 de Fevereiro de 2012 realizaram o lançamento oficial do Relatório da APP que contou com um total de **180** participantes, de entre igrejas membros e não membros do CICA, representantes do corpo diplomático acreditado em Angola, membros do Governo, Partidos Políticos, Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese do Lubango, staff do CICA e da NCA, coordenações municipais do projecto, autoridades tradicionais das aldeias alvo da APP. Além disso, contou também com a cobertura de órgãos da comunicação social tais como: Rádio Nacional de Angola, Rádio Eclésia, Rádio Mais e Televisão Pública de Angola; (iii) Em Março de 2012 realizou-se o lançamento do Relatório da APP nos três municípios (Waku Kungo, Cubal e Negage), contando com uma participação média de **42** pessoas por município, de entre representantes dos Administradores, Vice-Administradores, entidades religiosas das Igrejas não Membros do CICA, autoridades tradicionais, grupos de monitoria social do projecto, imprensa pública e privada.

4.6.3.1. Dificuldades

- ☞ Incompreensão das pessoas sobre o trabalho a realizar sendo muito frequentemente confundido com actividades político-partidárias;
- ☞ Cultura do medo;
- ☞ Tendência para o soba exercer influência sobre os demais, no momento da priorização das necessidades. Por exemplo, na aldeia de Cassosso, Waku Kungo.

⁴ Fonte: Relatório de Avaliação Participativa da Pobreza (Cela, Cubal e Negage), CICA/ ANO-2011.

4.6.4. Factores de Sucesso, Lições Aprendidas e Desafios

4.6.4.1. Factores de Sucesso

- ★ A estratégia de advocacia que permitiu a abertura de caminhos e a adesão das estruturas do Governo a vários níveis, fundamentalmente por considerarem que as igrejas são mais “neutras” na formulação de opiniões;
- ★ O forte investimento no reforço de capacidades dos grupos de monitoria social, quer para a realização da monitoria social como para a realização da APP;
- ★ A recolha e divulgação sistemática dos resultados da monitoria social e a ampla divulgação dos resultados da APP;
- ★ A igreja como uma só na transmissão das preocupações vividas pelas comunidades;
- ★ Assumpção do projecto pelas lideranças das Igrejas Membros do CICA;
- ★ envolvimento dos actores chave das aldeias e municípios onde se realizou a APP no lançamento do relatório a nível nacional e municipal;
- ★ As visitas de troca de experiência realizadas a nível interno e com outros países, ajudou a uma melhor compreensão do propósito da monitoria social;
- ★ A advocacia para que os coordenadores municipais integrassem o CACS.

4.6.4.2. Lições Aprendidas

- ★ A importância de se trabalhar para o bem da população e ter-se em conta as necessidades específicas de cada grupo;
- ★ Como lidar com as pessoas, as pessoas precisam de ser ouvidas para fazerem chegar as suas preocupações;
- ★ Podem ser feitas muitas coisas, basta confiar-se em nós mesmos;
- ★ Nunca se deve ter medo de iniciar. Hoje possuem um grupo que está firme e disposto a continuar;
- ★ A importância de manter uma boa comunicação com as autoridades tradicionais, governamentais (aos vários níveis);
- ★ A importância dos líderes locais estarem informados sobre o trabalho a ser realizado (Administrador comunal, sobas), ainda que autorizados pelas instâncias superiores;
- ★ A importância do trato da informação que se presta às comunidades com vista a não levantar falsas expectativas;
- ★ O conhecimento da realidade das comunidades encoraja a encaminhar os problemas a quem de direito;
- ★ A autonomia e o crescimento dos grupos municipais;
- ★ As experiências das pessoas na identificação dos seus problemas e soluções.

4.6.4.3. Desafios

- ★ Que a nova liderança da Administração Municipal esteja aberta ao trabalho que se está a realizar;
- ★ Dar continuidade ao projecto, independentemente da existência ou não de financiamento externo;
- ★ A continuidade do projecto com a integração de pessoas de vários credos, trabalhando juntos para o bem comum;

- ★ A extensão da abordagem ao nível de comuna e a outras províncias fora da linha de actuação da NCA;
- ★ O Projecto poder contar com uma equipa sólida e bem estruturada, tanto a nível da coordenação nacional como a nível municipal;
- ★ Melhorar os materiais de apoio (inquérito da APP e questionário de monitoria social), assim como a qualidade dos relatórios a serem lançados;
- ★ Tornar mais efectiva a componente de assistência técnica no sentido de melhor responder às necessidades e especificidades de cada grupo de monitoria social, por exemplo o nível de formação académica das pessoas que os integram;
- ★ Criar um plano de advocacia social mais efectivo a nível nacional, provincial e municipal.

4.7. Grau de Alcance do Projecto

A análise feita aos documentos disponíveis e os depoimentos prestados pelos principais actores envolvidos, à luz dos critérios de avaliação sugeridos nos Termos de referência desta avaliação (anexo 1), permitiram aferir o seguinte:

4.7.1. Em relação aos efeitos

O CICA é uma instituição de renome no seio da sociedade angolana em geral, da sociedade civil e da comunidade de igrejas em particular, tendo ao longo dos anos conquistado o seu espaço como actor social. Com a implementação deste Projecto o CICA consolidou a conquista de um espaço privilegiado junto do Governo de Angola, transformando-se num forte instrumento de monitoria das actividades das Administrações Municipais contribuindo assim para a melhoria da gestão municipal nos municípios alvo, tendo conquistado também um espaço junto de outras instâncias como o Tribunal de Contas e Assembleia Nacional e até mesmo junto de outras instituições religiosas como é o caso da Igreja Católica.

As entrevistas realizadas permitiram perceber que existe um forte compromisso da liderança do CICA e de algumas igrejas membros (principalmente as que integram os grupos de monitoria social) em relação ao projecto, não tendo sido possível aferir até que ponto este compromisso é assumido pelos membros dessas igrejas, para além dos limites dos grupos de monitoria social. Segundo o Secretário Geral do CICA, Reverendo Luís Nguimbi, o presente projecto tem o propósito de cumprir com o que a Bíblia diz:

“O homem deve gerir a terra que de sua fé Deus criou. A Terra é obra de Deus que submeteu à nossa gestão. O homem representa Deus no meio da criação, é a quem Deus deu competência para colocar as coisas em boa ordem. A missão da igreja não consiste apenas em evangelizar e anunciar Cristo, deve também ensinar o homem a trabalhar de modo a obter uma vida material de qualidade. Nessa busca de uma vida de qualidade cai-se na boa governação. De nada serve estar-se a ouvir em vários círculos que Angola é um país rico, com uma boa parte da população numa situação de miséria. Por essa razão, deve-se acompanhar a gestão dessas riquezas, combatendo assim a corrupção, as assimetrias regionais e todos os que contribuem para o mau uso dos fundos públicos.”

4.7.2. Em relação à proposta do Projecto

A proposta está em conformidade com as políticas da instituição implementadora, o CICA, uma vez que o seu Plano Estratégico 2008/2012 integra como uma das suas áreas estratégicas a “Justiça Económica”. Além disso, a mesma sustenta-se no manifesto desejo do Presidente da República aquando do lançamento dos slogans “Tolerância Zero” e “Boa Governação e Transparência” em Dezembro de 2009;

O grupo alvo primário foi bem definido, as Igrejas Membros e as Administrações Municipais, pese embora os depoimentos da avaliação evidenciem que o seu foco principal, as igrejas membros, possa não ter sido suficientemente abrangido, em decorrência da mudança da estratégia inicial de constituição dos grupos de monitoria social e, fundamentalmente pela ausência de um mecanismo que alimente o debate sobre a temática com os membros das igrejas, ficando apenas a nível das igrejas e dos integrantes dos grupos de monitoria social.

A lógica de intervenção foi correctamente definida, pese embora, não se tenha obedecido ao pé da letra ao método de Quadro Lógico, uma vez que este não inclui os meios de verificação e em que foram de modo genérico definidos indicadores de actividades e não propriamente de resultados. A natureza do projecto e o facto de ser um projecto piloto, é perfeitamente compreensível esta formulação.

Em Angola são poucas ou quase inexistentes as práticas de gestão transparente, participativa e inclusiva da “coisa pública”, quer a nível do Governo como do sector da sociedade civil. Assim sendo, a implementação do projecto proporcionou uma oportunidade de ensaio de prestação de contas às populações sobre a aplicação dos recursos municipais que poderá eventualmente constituir o embrião de uma cultura de prestação de contas e gestão parcimoniosa do bem público. No entanto, existem outras iniciativas que podem eventualmente ser exploradas para uma eventual promoção de sinergias como é o caso de alguns Programas de Assistência Técnica às Administrações Municipais (FAS, ADRA, DW, etc.) e o Programa de Orçamentos Municipais na Perspectiva de Género, promovido pela Plataforma Mulheres em Acção (PMA), principalmente no sentido de que a **Monitoria Social** inicie no momento da planificação e orçamentação e não apenas no momento de execução do orçamento. Só assim será possível ter-se um olhar mais incisivo sobre as questões de igualdade e equidade do género.

4.7.2.1. Igualdade de género

É perceptível a preocupação com a integração das questões de género no âmbito do Programa porém, incidiu-se apenas sobre questões referentes à representatividade da mulher mais a nível da orgânica do Programa. Porém, Programas desta natureza devem ser mais incisivos na abordagem do género procurando garantir a sua transversalidade a todas as temáticas a

Igualdade de Género que reconhece as diferenças entre homens e mulheres, mas ainda se concentra nas variáveis de acesso e oportunidade (Perante a lei; de direito; de facto; de oportunidades; de trato; de resultados).

Equidade do Género é uma melhor aplicação do que se entende por igualdade de género. Compreendendo as variáveis: classe, etnia, idades, necessidades específicas, etc.

abordar, como também acompanhar a evolução desta abordagem de uma perspectiva de igualdade de género para uma perspectiva que inclui também a equidade do género (“elevar a igualdade liberal” a uma “igualdade da diferença”).

No que se refere à representatividade, o nível de participação das mulheres varia de município para município, sendo mais baixa no município do Negage, quer por questões de ordem cultural, pela ainda presente cultura do “medo”, mas também pelo seu forte engajamento em actividades comerciais.

Tabela: Membros do Grupo de Monitoria Social por género

Municípios	Homens	Mulheres	Total
Negage	19	6	25
Waku Kungo	14	11	25
Cubal	13	12	25
Total	56	29	75

Fonte: Levantamento directo

Nos demais municípios, apesar da participação substancial das mulheres, para muitas delas não está suficientemente clara a importância de integrarem o grupo de monitoria social, confundindo muitas vezes com outras actividades sociais que têm realizado pela igreja.

4.7.2.2. Sobre os Recursos Humanos e Financeiros

O Projecto contou com os recursos humanos e técnicos suficientes e adequados para o alcance dos resultados, tendo havido um grande investimento em formação, se comparado com os recursos disponíveis para a actividade de monitoria e advocacia social, a espinha dorsal do Projecto.

Os recursos financeiros considerados para a implementação do Projecto permitiram o efectivo alcance dos resultados, o que com menos recursos não seria possível, caso se considere o seguinte:

- (i) É uma abordagem inédita em Angola, o que exigiu um grande investimento em termos de formação/capacitação;
- (ii) A selecção dos municípios em eixos diferentes (norte e centro) teve um peso significativo na sua operacionalização. Embora as igrejas membros estejam envolvidas, a abordagem ecuménica, “desresponsabilizou” em certa medida as igrejas membros no que se refere à sua participação local para o alcance êxito dos resultados (compromisso), independentemente das quotas que pagam ao CICA. Esta situação faz com que os grupos de monitoria social tenham elevadas despesas com transporte.

4.7.3. Em relação ao alcance dos Resultados

As actividades no âmbito do Projecto contribuíram para o alcance dos resultados, uma vez que a actividade de monitoria social é vista com bons olhos pelas Administrações Municipais. Muito frequentemente estas não têm condições de acompanhar a execução das obras. Ao mesmo tempo, os empreiteiros encaram a monitoria social como um instrumento viável para acelerar a disponibilidade de recursos financeiros pela Administração Municipal. No entanto, nem sempre esta actividade é bem recebida pelos responsáveis dos sectores, ou até mesmo pelos directores das instituições, eventualmente por não estarem suficientemente informados sobre o assunto; (ii) A produção dos relatórios de monitoria social, da APP e seu encaminhamento às instâncias superiores como é o caso do Tribunal de Contas, Assembleia Nacional constituem uma mais valia para o Projecto, havendo no entanto necessidade de estruturar melhor a estratégia no sentido de que seja um processo sistemático e não pontual.

As visitas realizadas aos municípios alvo no âmbito da avaliação permitiram aferir que o Projecto conseguiu alcançar os resultados preconizados pelas seguintes razões:

(i) As Administrações Municipais fornecem informações sobre as obras em execução ao grupo de monitoria social, embora estas não incluam os montantes orçamentados para cada obra;

(ii) Os grupos de monitoria social têm desempenhado o seu papel sem sobressaltos, são produzidos relatórios e partilhados com as Administrações Municipais;

(iii) A APP foi bem recebida e a informação produzida foi validada pelas Administrações Municipais e, em alguns casos os Administradores Comuns participaram do processo de levantamento das informações. Algumas das recomendações, tanto da acções de monitoria social, como da APP foram incorporadas no Orçamento de algumas Administrações para 2013;

(iv) Quer a actividade de monitoria social quanto a APP são tidas como importantes instrumentos de identificação das necessidades das populações e de validação das actividades das Administrações Municipais constantes no Programa de Desenvolvimento Rural e Combate à Pobreza (PDRCP) e Programa de Investimentos Públicos (PIP).

“É um projecto extremamente importante primeiro porque os promotores do mesmo são membros do CACS e podem dar uma imagem mais independente do que está a ser feito no âmbito do Programa de Combate à Pobreza e não só. Enquanto igrejas têm uma imagem mais isenta do que está a ser feito. Os relatórios que fazem são um reflexo mais realista do que está a ser feito.” (Chefe de Repartição de Planeamento, Município do Wako Kungo)

“Um jogador se não tiver adeptos o seu trabalho será inútil. Para nós é importante a presença deles porque quanto mais nos avaliam melhor trabalho teremos. O CICA deve continuar com a sua missão, é benéfica.” (Administrador Municipal Adjunto, Município do Negage)

Anexos

AVALIAÇÃO EXTERNA DO PROGRAMA PETRÓLEO PARA O DESENVOLVIMENTO

Antecedentes programa

O Programa Petróleo para Desenvolvimento é um programa financiado pela NORAD implementado pela Ajuda da Igreja da Noruega-AIN, em parceria com o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola-CICA, e visa contribuir para que a gestão responsável das receitas do petróleo permitam a redução da pobreza. O resultado esperado do programa era que o Conselho de Igrejas Cristãs em Angola e suas igrejas-membro estivessem bem informados, e actuassem como actores activos na promoção da gestão responsável das receitas do petróleo a nível local e nacional. O programa funcionou em três províncias um município para cada uma: Benguela (Município do Cubal); Kwanza Sul (Município Celes); Uíge (Município do Negage).

Objetivo da Avaliação Externa

Os objectivos desta avaliação são:

- a) Determinar a sustentabilidade, a relevância e a adequação do programa para o alcance dos resultados e objetivos;
- b) Determinar o grau de progresso dos indicadores de resultados esperados e a contribuição destes para o alcance dos objectivo específico, e do objectivo geral.
- c) Tirar lições de boas práticas (para manter e reproduzir) e dos erros na implementação (para modificá-los para o futuro).

Esta avaliação vai sobretudo permitir a aprendizagem com base na recolha de dados objectivos e sugerir possíveis alteações para o futuro da intervenção, daí que se pretende contar com um consultor externo que seja competente e consiga manter o princípio da objetividade e qualidade.

Principais questões analíticas e critérios de avaliação

Os critérios a serem considerados em ordem de prioridade nesta avaliação são:

Relevância: A proposta é adequada para responder às necessidades e limitações do país e da população alvo? Estão os grupos-alvos bem definidos há igual participação das mulheres? Será que a escolha dos grupos-alvo é oportuna a partir de um ponto de vista estratégico?

Alinhamento: Será que a proposta está em conformidade com as políticas do parceiro local? Estão a ser aproveitadas as potenciais sinergias que podem ser estabelecidas entre os diferentes programas similares existentes em Angola?

Consistência: Foi a lógica de intervenção é definida corretamente? O objetivo específico, resultados e indicadores são concebidos de forma clara (precisa-verificável-realista), para que se possa determinar o que foi alcançado? Foram as atividades planejadas de forma adequadas para atingir os objectivos? A proposta é consistente com a Estratégia da NCA para Angola? A proposta é consistente com a estratégia sobre a integração do género nos programas de desenvolvimento?

Eficácia: as actividades no âmbito do programa contribuíram para a consecução dos resultados esperados para a população-alvo? Foram alcançados os resultados esperados através de atividades implementadas em todas as áreas abrangidas pelo programa?

Eficiência: Foram usados corretamente os recursos disponíveis para atingir resultados? O programa contou com os recursos humanos, técnicos e materiais suficientes e adequadas para atingir os resultados? Se poderia ter alcançado os resultados que foram alcançados com menos recursos? Os apoios disponibilizados aos beneficiários foram apropriados?

Participação: Nível de envolvimento de todos os intervenientes em todas as fases do programa?

Viabilidade: Avaliar o nível de sustentabilidade dos resultados alcançado uma vez que a intervenção do programa terminou. Quantos novos formandos podem desenvolver acções de monitoria social e de avaliação participativa da pobreza? Quantos equipas municipais podem funcionar de forma autónoma?

Questões metodológicas: O sistema indicador proposto é adequado? Os indicadores são realistas? São os métodos de coleta de dados e análise adequados? O sistema de monitoria e seguimento do programa permitiu a deteção de desvios e a tomada de medidas corretivas, bem como a aprendizagem? Como os beneficiários foram envolvidos no processo de acompanhamento e avaliação das atividades do programa?

A coordenação entre os atores envolvidos na implementação do programa: os atores estavam bem coordenados para melhorar as realizações do programa? Os mecanismos de coordenação atendiam de forma correcta às necessidades de diferentes partes interessadas? A comunicação funcional de maneira eficaz?

A fim de garantir uma avaliação é feita com todos os critérios de género serão incorporadas questões específicas para o efeito:

- Como necessidades específicas de homens e mulheres foram tidas em conta na concepção e implementação do programa?
- Que ações específicas foram desenvolvidas para aumentar a participação das mulheres?
- Que estratégias específicas foram incluídas para promover a equidade de género?

Produto Final da Avaliação Externa

No final do trabalho, o consultor apresentará um relatório detalhado de avaliação, que incidirá sobre os critérios recomendados pelo DAC (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento): relevância, impacto, eficácia, eficiência, cobertura, sustentabilidade e viabilidade, e responderá as questões acima levantadas.

O relatório final deve incluir um breve resumo das principais conclusões e recomendações em Inglês e Português.

Restituição da Informação

O Consultor ou Avaliador deverá organizar uma curta reunião no fim do trabalho em cada município e depois com a equipe nacional do projecto para restituir a informação sobre os resultados encontrados de modo a permitir a apropriação dos mesmos pelos implementadores.

O avaliador deverá ser preciso em catalogar as lições aprendidas e as recomendações para facilitar o desenho da próxima fase.

Período de Avaliação:

O período de avaliação é: a partir de 28 novembro-16 dezembro para um total de 19 dias, 4 dias para revisão de literatura, 10 dias para as atividades de campo, e 5 dias para redação do relatório.

OBS: os Interessados deverão enviar um e-mail para os endereços: josefina.saldanha@nca.no; nelson.antonio.joao@nca.no; vibeke.skauerud@nca.no; manifestando o seu interesse, colocando em anexo o seu CV e uma breve proposta metodológica e financeira (não mais de 3 páginas).

Anexo 2: Relação nominal das entidades entrevistadas e participantes aos encontros com os grupos de monitoria social

Nome	Função	Localidade	
Reverendo Luís Nguimbi	Secretário Geral do CICA	Luanda	
João Augusto Bongue	Coordenador Nacional do Projecto/CICA	Luanda	
Jonas João	Administrador Municipal Adjunto	Negage	
Ferraz	Grupo de Monitoria Social	Negage	
Manuel			
Luís			
Alves			
Domingos José			
Mateus			
Sebastião			
César			
Kuazambi			
José Bula	Empresa Burlax/Capataz	Quisseque/Negage	
José Daniel Lundumuna	Chefe de Repartição dos Assuntos Comunitários/Administração Comunal	Quisseque/Negage	
Nogueira Marques	Chefe do Centro Médico	Cangundo/Negage	
Manuel Bambi Castigo	Adjunto do Soba	Cangundo/Negage	
Eliseu Chiuca	Chefe de Repartição do Planeamento/Administração Municipal	Wako Kungo	
Juliana Manuel Joaquim Domingos	Grupo de Monitoria Social (Igreja Católica)		
Sara Nandele	Grupo de Monitoria Social (Igreja MACA)		
Amélia Maria	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Isabel Nassusso	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Inês Luísa Martins	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Isabel Reinaldo	Grupo de Monitoria Social (Igreja MEPA)		
Juliana Ngueve Somalia	Grupo de Monitoria Social (Igreja MACA)		
Augusto M. Alfredo	Grupo de Monitoria Social (Igreja MACA)		
Berta Namélia	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Belmira Luzia	Grupo de Monitoria Social (Igreja MEPA)		
Firmina T. Celestino	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Pastor Júlio M. António	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA) - Coordenador		
Fonseca Mungonga	Grupo de Monitoria Social (Igreja Católica)		
António Joaquim	Grupo de Monitoria Social (Igreja MACA)		
Esmeraldina Benvindo	Grupo de Monitoria Social (Igreja Católica)		
António Luciano	Grupo de Monitoria Social (Tesoureiro)		
Alberto Filipe	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA) - Coordenador		Cubal
Isabel Dembeleke	Grupo de Monitoria Social (Díacona IECA) – Vice-Coordenadora		
Justino Cavela	Grupo de Monitoria Social (Igreja CHEIA) - Tesoureiro		
Julieta Chitula	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Judith Jambela	Grupo de Monitoria Social (Igreja CHEIA)		
Henriqueta R. Samala	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Albertina Longue	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Severino J. Epalanga	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Ismael Dembeleque	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Justino Cavela	Grupo de Monitoria Social (Fé Apostólica)		
Raúl Bongue	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Florença Chilombo	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Fernando H. Cavela	Grupo de Monitoria Social (Fé Apostólica)		
Manuel Miguel Pilartes	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
Frederico E. Bongue	Grupo de Monitoria Social (Igreja IECA)		
	Apresentação dos Resultados da Avaliação		
João Augusto Bongue			
Nelson Costa			

Anexo 3: Lista das Igrejas Membros do CICA

Membros efectivos:

- ✓ Igreja Metodista Unida de Angola
- ✓ Igreja Evangélica Congregacional de Angola
- ✓ Igreja Evangélica Baptista de Angola
- ✓ Igreja Evangélica de Angola
- ✓ Igreja Evangélica Reformada de Angola
- ✓ Missão Evangélica Pentecostal de Angola
- ✓ Igreja Kimbanguista de Angola
- ✓ Diocese Anglicana de Angola
- ✓ Igreja do Verbo Divino de Angola
- ✓ Igreja Apostólica Africana de Angola
- ✓ Missão Apostólica dos Crentes de Angola
- ✓ Igreja da Fé Apostólica de Angola
- ✓ Igreja da Comunidade Menonita de Angola
- ✓ Igreja dos 12 Apóstolos de Angola
- ✓ Igreja Evangélica dos Irmãos Menonitas de Angola
- ✓ Igreja Menonita Evangélica de Angola

Membros Associados

- ✓ Igreja Exército da Salvação
- ✓ Igreja de Deus em Angola
- ✓ Associação Juventude Cristã (ACM)
- ✓ Instituto Superior Emanuel Unido

Membros Observadores

- ✓ União Evangélica Baptista de Angola
- ✓ Igreja Metodista Episcopal Africana de Sião

Anexo 4: Mapa das Formações Realizadas no âmbito do Projecto de Boa Governação e Monitoria Social

CONSELHO DE IGREJAS CRISTÃS EM ANGOLA
PROJECTO – BOA GOVERNAÇÃO E MONITORIA SOCIAL

Mapa de Formações

Âmbito	Formação	Número de participantes		
		Homens	Mulheres	Total
Nacional	Formação sobre petróleo (ano 2010)	3	1	4
	Formação sobre petróleo (2011)	5	1	6
	Formação sobre o Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2010)	3	1	4
	Formação sobre o Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2011)	13	3	16
	Formação sobre o Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2012)	12	3	15
	Formação sobre Avaliação Participativa da Pobreza (2011)	6	1	7
	Formação sobre Técnicas de facilitação (2012)	11	3	14
Municipal	Formação sobre Petróleo (2010)	43	32	75
	Formação sobre o Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2010)	43	32	75
	Formação sobre Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2011)	42	28	70
	Formação sobre Orçamento Geral do Estado e Monitoria Social (2012)	38	27	65
	Formação sobre Avaliação Participativa da Pobreza (2011)	44	26	70
	Formação sobre Avaliação Participativa da Pobreza (2012)	48	23	71
	Formação sobre Advocacia Social (2012)	43	19	62
Total		354	200	554


Fonte: Projecto de Boa governação e Monitoria Social - Coordenação

Anexo 5: Resultados imediatos e indicadores

Resultados Imediatos agrupamento 1	Indicadores
<p>A. Aumento do nível de compreensão das etapas e do seguimento do petróleo, desde a sua descoberta até à exploração, receitas e distribuição em Angola por parte do secretariado do CICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Assinado contrato com organizações recurso; • Formação de uma equipa inter-departamental com um coordenador, 3 membros temáticos e 1 analista a tempo inteiro; • Preparados ToRs (termos de referência) para cada membro da equipa inter-departamental, indicando responsabilidades e tempo de exercício; • Apresentados e terminados formulários de avaliação pessoal; • Realizada uma sessão de formação de formadores.
<p>E. Formação sobre o índice de integridade desenvolvido pela Global Integrity, usado para medir a força do quadro legal e institucional anti-corrupção de Angola (ano 1 e 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1 formação realizada com a participação de pelo menos 5 membros do secretariado do CICA; • Participação em 5 entrevistas com actas produzidas; • 1 apresentação da análise do quadro legal; • Actividades específicas e indicadores para o terceiro ano a ser elaborados.
<p>F. Análise de sectores específicos (saúde, educação) dentro do orçamento do estado providencia ao CICA uma percepção reforçada de questões orçamentais, a nível nacional (ano 2 e 3)</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Realizada uma sessão de análise política aplicada e entrega do guia para análise de política aplicada (ferramenta); • Produzido um projecto de pesquisas por sector; • Concluídos dois documentos de 20-30 páginas de política (um no ano 2 e um ano 3)
Resultado imediato agrupamento 2	
<p>B. Aumentou o nível de compreensão sobre as etapas e o seguimento do petróleo desde a sua descoberta até à exploração, receitas e distribuição em Angola, por parte das igrejas membros do CICA</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Três (3) IMs (igrejas membros) e três (4) IMLs (Igrejas Membros Locais) seleccionadas depois de processo exaustivo (três primeiros meses do projecto dedicados a este processo); • MoUs (memorandos de entendimento) discutidos e assinados com 3 IMs/IMLs; • Produzido relatório das consultas com AFPs; • Elaborado plano com calendário para visitas; • Relatórios de viagem com listas de participantes (min. 15 participantes) e avaliações de formação a partir de 3 visitas de campo produzidos e arquivados.
<p>C. Produzida informação específica acerca dos níveis da execução orçamental a nível local e recursos para as prioridades do orçamento através de exercícios de monitoria social (todos os anos).</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 1 encontro realizado para lançar a iniciativa publicamente com participação das autoridades relevantes; • Realizadas três (3) reuniões com a Comissão de Justiça e Paz e outros grupos interessados (igreja); • 3 reuniões com a ADRA; • Desenvolvida 1 ferramenta de monitoria social de orçamento; • 36 credenciais preparadas; • Workshops em 3 IMLs com participação de pelo menos 12 activistas divididos em 4 grupos (total de 26 pessoas em 12 grupos); • Cada grupo selecciona 4 projectos para monitorizar (total 48 projectos); • Cada projecto visitado 3 vezes por ano (total 144 visitas); • Três relatórios sobre o nível de projectos orçamentados • Eleitos 3 coordenadores e 3 tesoureiros • Desenvolver uma ferramenta para micro avaliações participativas da pobreza; • Workshops em 3 IMLs com participação de pelo menos 12 activistas; • Em pares (6) os activistas da congregação levam a cabo um total de 4 entrevistas diárias a agregados familiares em 5 dias, o que irá fornecer dados sobre 120 agregados familiares por município (360 no total); • Produzidos três relatórios integrando cada um, dados de 120 agregados familiares; • Avaliada e apurada a abordagem no final de cada ano.


D. Intercâmbio sul-sul conduz a um aumento do aprendizado e compromisso para com a monitoria social do orçamento a nível local (ano 1 e 2)	<ul style="list-style-type: none"> • Assinados MoUs com parceiros e identificados três distritos para intercâmbio; • Três (3) participantes de cada uma das três (3) IMLs (total 9) para ficar em Moçambique por duas semanas; • Preparado 1 guia (linhas de orientação); • Recebidos 3 relatórios de intercâmbio; • 1 evento de partilha em cada IML.
Resultado imediato agrupamento 2	
J. Publicação dos resultados de monitoria social de orçamento local (todos os anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração oficial do CICA sobre o nível de execução dos projectos orçamentados a nível local; • Realizados lançamentos públicos com 50 participantes dos quais 10% são representantes do governo ou do parlamento e 10% dos media; • Nove (9) participantes das IMLs
M. Publicação da análise do sector orçamental	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração oficial do CICA sobre o sector orçamental em análise; • Realizados lançamentos públicos com 50 participantes dos quais 10% são representantes do governo ou do parlamento e 10% dos media; • Pelo menos 3 artigos e 1 programa de rádio cobrem o evento
H. Publicação de relatório baseado na pesquisa index de integridade (ano 3- para ser confirmado)	<ul style="list-style-type: none"> • Declaração oficial do CICA sobre integridade com base nos resultados da pesquisa; • Realizados lançamentos públicos com 50 participantes dos quais 10% são representantes do governo ou do parlamento e 10% dos media; • Pelo menos 3 artigos e 1 programa de rádio cobrem o evento.
L. Realizados encontros bilaterais de advocacia social com ministros e instituições relevantes para promover a melhoria da responsabilização e integridade (todos os anos)	<ul style="list-style-type: none"> • Seis (6) ministérios e instituições alvo identificados para estrutura anti-corrupção (ano 1 & 3); • Seis (6) ministérios e instituições alvo identificados para análise do sector orçamental (ano 2& 3); • Seis (6) ministérios e instituições alvo identificados para execução orçamental a nível local (todos os anos); • Actas de pelo menos 10 reuniões de lóbi realizadas por ano.
N. Realizada a Conferência Lusófona de Responsabilização e realizado workshop sobre lições aprendidas (ano 3)	<ul style="list-style-type: none"> • 1 declaração ecuménica assinada pelo Presidente da CEAST e pelo Secretário Geral do CICA; • Realizado 1 workshop com a duração de um dia com participantes internacionais e IMLs, 15% do governo ou instituições do estado e 10% dos media; • Pelo menos 8 artigos de jornal, 2 programas de rádio e 1 programa de TV cobrem a conferência
Resultado Intermédio agrupamento 4	
Indicadores	
G. Participação no CACS ou na plataforma da sociedade civil local	<ul style="list-style-type: none"> • Dois (2) representantes de cada IML têm assento no CACS local ou na plataforma da sociedade civil (PSC) com a criação de uma ampla participação (50% de CSOs activas no município); • Relatório de formação; • Produzidas e registadas actas das reuniões CACS ou PSC
I. Publicação de resultados de monitoria social de orçamento e PPA's em cada município (cada ano)	<ul style="list-style-type: none"> • Registados memorandos de toda a correspondência com autoridades locais com autoridades locais e empresários (com ênfase particular na documentação de quaisquer intimidações); • 3 relatórios lançados
K. Reuniões com a administração local	<ul style="list-style-type: none"> • Três (3) actas de reuniões com autoridades locais

Anexo 6: Exemplos de Mapas de Obras Executadas no âmbito do Programa de Combate à Fome e à Pobreza


 REPÚBLICA DE ANGOLA
 GOVERNO PROVINCIAL DO UÍGE
 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO NEGAGE
MAPA DAS OBRAS EXECUTADAS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE COMBATE A FOME E A POBREZA


ANO DE 2011/2012

N.º	DESIGNAÇÃO DA OBRA	LOCALIZAÇÃO	PROJECTO	SITUAÇÃO
01	Terraplanagem das vias que ligam a Sede Municipal às 2 Comunas	Dimuca e Quisqueque	Combate a Pobreza	Concluída
02	Reabilitação de um centro de saúde	Sede Comunal do Dimuca	// //	Em curso
03	Reabilitação e ampliação da Administração Municipal	Sede Municipal	// //	Concluída
04	Construção de uma estrutura de apoio ao Palácio Municipal	Sede Municipal	// //	Em curso
05	Reabilitação da Escola Primária n.º 778	Sede Municipal	// //	Concluída
06	Reabilitação da rede de distribuição de água e construção de 4 Chafarizes	Lunguila/ Sede Municipal	// //	Concluídas
07	Reabilitação de duas e ampliação de mais três salas de aulas	Bravo da Rosa/ Sede Municipal	// //	Concluída


 REPÚBLICA DE ANGOLA
 GOVERNO DA PROVÍNCIA DE BENGUELA
 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DO CUBAL
PROGRAMA INTEGRADO E DESENVOLVIMENTO RURAL DO COMBATE A POBREZA
PROGRAMA DE IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL IMEDIATO NO MUNICÍPIO, OPERACIONALIZAÇÃO 2012

OPERACIONALIZAÇÃO 2012

N.º de ord.	DESIGNAÇÃO DO PROGRAMA / PROJECTO	ORGANISMO RESPONSÁVEL	ANO	VALOR	MUNICÍPIO
1	MUNICÍPIO SAUDÁVEL				
1.1	Contratação De Empresa P/ Limpeza e Higiene das ruas sarjetas e varras	Adminst. Municipal	2012	15.000.000,00	
	SUB TOTAL			15.000.000,00	
2	MERCADOS POPULARES E FEIRAS DE PRODUTOR				
2.1	Construção de um Mercado na sede Comunal da Yambala	Adminst. Municipal	2012	9.000.000,00	
2.2	Aquisição e distribuição de 5 quiosques à vendedores ambulantes	Adminst. Municipal	2012	2.000.000,00	
2.3	Aquisição de um carrinha para apolar as feiras	Adminst. Municipal	2012	4.000.000,00	
	Sub total			15.000.000,00	
3	MICRO FOMENTO NO MUNICÍPIO				
3.1	Criação de cooperativas, aquisição e distribuição de meios de trabalho	Adminst. Municipal	2012	13.250.000,00	
3.2	Apoiar a constituição de Pequenas e Médias Empresas	Adminst. Municipal	2012	3.000.000,00	
3.3	Aquisição de uma Viatura para mobilização das populações à Act. Formais	Adminst. Municipal	2012	3.750.000,00	


 REPÚBLICA DE ANGOLA
 GOVERNO PROVINCIAL DO KUANZA SUL
 ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL DA CELA
WAKU-KUNGO
PROGRAMA DE IMPACTO ECONÓMICO E SOCIAL IMEDIATO/2012

NATUREZA DAS ACÇÕES	DESCRIÇÃO	LOCALIZAÇÃO	CUSTO DO PROJECTO
1- Município Saudável	Limpeza e recolha do lixo da cidade	Sede Municipal	15.000.000,00
	Manutenção e conservação dos jardins da cidade	Sede Municipal	
	Construção do sistema de abastecimento de água da sede comunal da Sanga	Comuna da Sanga	17.930.746,45
	Construção do sistema de abastecimento de água do Caçosso.	Comuna da Kissanga Kungo	14.734.252,60
SUB-TOTAL			16.821.550,00
2- Equipamentos Sociais	Construção de 50 casas evolutivas	Caçosso	40.000.000,00
	Construção e apetrechamento da escola primária da Povoação do Tengue	Sede Municipal	45.000.000,00
	Conclusão da construção e apetrechamento da escola primária da sede comunal da Sanga com 3 salas de aula	Sede Municipal	10.056.307,95
	Construção de uma quadra polidesportiva	Sede Municipal	14.300.000,00
SUBTOTAL			109.356.307,95
3-Agricultura	Loteamento, correcção e distribuição de terras aráveis	Município	8.500.000,00
SUB-TOTAL			8.500.000,00
	Merenda para a escola primária do bairro Valódia, com 1.439 alunos		

Anexo 7: Formulário de Monitoria Social dos Investimentos Públicos

Município:	Data da visita:
Participantes do núcleo nesta visita:	

Número do investimento:	Título do investimento:		
Montante orçamentado:			
Tipo de Investimento: Bem Obra	Ano de execução:	Meses de execução:	
Localidade de execução da obra ou entrega/uso do bem:			
Comuna:	Aldeia/Bairro:	Povoação:	

OBSERVAÇÕES:
 Projecto iniciado: sim _____ não _____
 O projecto tem placa: sim _____ não _____ (se possível tire foto da placa para documentação)
 Avanços feitos:

ENTREVISTAS:

Autoridades (nível municipal/comunal)	Registo das respostas:
1. Para quando está previsto o início da obra/aquisição do bem?	1.
1. Qual será a abrangência da obra/bem?	2.
2. Duração	3.
a. Qual é a duração prevista para a construção/reabilitação da obra?	
b. Qual é a data prevista para a entrega do bem/começo de uso?	
3. Quais são os desafios encontrados na execução do investimento?	4.
4. Já tem cabimentação (do Ministério das Finanças) (caso a resposta negativa: porque não?)	5.
5. O montante cabimentado é igual ao montante orçamentado?	6.
6. Já foi seleccionado o empreiteiro/provedor?	7.
7. Como foi/será seleccionado o empreiteiro/provedor?	8.
8. Qual é o impacto esperado do investimento?	9.
<i>Nomes e funções das pessoas entrevistadas para esclarecimentos:</i>	

ENTREVISTAS:

Empreiteiro (representante local)	Registo das respostas:
1. quando é que teve início a construção da obra ou a entrega do bem?	1.
2. Em quanto está avaliada a obra/bem?	2.
3. Qual será a abrangência da obra/bem?	3.
4. Qual é a duração prevista da construção/reabilitação da obra ou a data prevista para a entrega do bem?	4.
5. Haverá demoras ou será entregue a tempo?	5.
6. Quais são os desafios encontrados no cumprimento do contrato?	6.
<i>Nomes e funções das pessoas entrevistadas para esclarecimentos:</i>	

Beneficiários/população afectada	Registo das respostas:
1. O senhor/a tem conhecimento do projecto para construção/reabilitação da obra ou aquisição/entrega do bem?	1.
2. Quem é o empreiteiro/provedor do bem?	2.
3. Quando é que teve início a construção da obra ou o uso/entrega do bem?	3.
4. O senhor/a tem conhecimento do material que será empregue nesta obra?	4.
5. Para o senhor/a qual seria a prioridade da comunidade em relação do investimento?	5.
<i>Nomes e funções das pessoas entrevistadas para esclarecimentos:</i>	

